

Rhodes: Brasil não exigirá mais dólares

Nova Iorque — Os bancos internacionais entregaram hoje ao governo brasileiro a primeira das quatro últimas cotas de 875 milhões de dólares, correspondentes ao empréstimo "jumbo" que este país sul-americano assinou em Nova Iorque no dia 27 de janeiro do corrente ano num total de 6,5 bilhões de dólares.

Três desembolsos de 1 bilhão cada um foram feitos ao Brasil em março, por conta da mesma operação, a qual representou a maior quantidade de dinheiro obtida até agora, de uma vez só, por um país no euromercado financeiro.

Anunciando o novo desembolso, o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, declarou que "é improvável que o governo do Brasil

precise fazer novas dívidas no decorrer de 1984, graças aos progressos que conseguiu fazer em matéria de balança de pagamentos e para diminuir os déficits de sua conta-corrente e do orçamento nacional".

O "super empréstimo" fez parte de uma operação financeira por um total de 28 bilhões de dólares, a qual exigiu 13 meses de negociações com mais de 700 bancos estrangeiros credores do Brasil. Este país (o Brasil) que tem uma dívida externa superior aos 95 bilhões de dólares, conseguiu nessa operação a renovação de linhas de crédito interbancárias e financiamento do seu comércio exterior por mais de 20 bilhões de dólares.

Segundo o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, o Banco

Central do Brasil informou que está em dia com o pagamento dos juros de sua dívida com os bancos comerciais estrangeiros.

O empréstimo "Jumbo" foi feito em condições levemente mais favoráveis que as que o Brasil teve que aceitar em 1983, quando os bancos privados internacionais lhe renovaram velhas dívidas e lhe concederam novos empréstimos, por um total de 9 bilhões de dólares.

O "jumbo" foi estipulado a nove anos de prazo, com cinco de carência e com taxas de juros equivalentes a 2 por cento acima da taxa interbancária de Londres (Libor). No ano passado, o Brasil contraiu as dívidas a oito anos de prazo com apenas 30 meses de carência e com uma taxa de juros de 2 1/8 por cento sobre a taxa libor.